



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

A COMPANHIA

Apresentação da Companhia
 A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding III S.A. - IBH III, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.
 A CART detém, até 2039, a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Batista Cabral Rennó, SP- 327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo.



As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e com o Norte do Paraná, importante para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Sobre a IBH III
 A IBH III, controlada pela Patria Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Participações Multistratégia, é um dos maiores fundos de investimentos em Infraestrutura do Brasil. O Patria Investimentos é líder em gestão de ativos alternativos na América Latina, com mais de 30 anos de atuação nas áreas de Private Equity, Infraestrutura, Real Estate e Crédito. Presente nos principais centros financeiros no mundo, possui 10 escritórios distribuídos nos continentes: americano, europeu e asiático.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2023 chega mais esperançoso e fortalecido para que possamos trabalhar com foco na excelência, na qualidade e na segurança dos nossos colaboradores e clientes. Os últimos anos foram muito desafiadores em todos os aspectos. O Corona Vírus mudou as nossas vidas, mas com o cuidado, o planejamento, a atitude e o apoio de todos, conseguimos superar juntos cada um deles. É assim que queremos seguir a diante, sempre evoluindo e superando todos os desafios, com garra, otimismo, comprometimento para entregar resultados crescentes e sustentáveis para a sociedade, nossos clientes e acionistas.

DESTAQUES

AUMENTO DE 5,4% NOS VEPs* DO 4T22 COMPARADO AO 4T21	No 4º trimestre do ano a CART registrou 15,5 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 5,4% na comparação com o mesmo período de 2021. A performance de veículos pesados representa cerca de 70,31% do tráfego e apresentou aumento de 6,1%. Em veículos leves o aumento foi de 3,9% comparado ao 4T21. A variação positiva refere-se ao retorno do tráfego, devido a campanha de vacinação da COVID-19.
*VEPs = Veículos equivalentes pagantes:	
AUMENTO DE 18,8% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA* NO 4T22 COMPARADA AO 4T21	O aumento da receita líquida ajustada foi impactado, principalmente, pela recuperação do tráfego na rodovia (conforme explicação no quadro anterior)
* Receita líquida ajustada => Exclui a receita de construção	
AUMENTO DE 36,9% NO EBITDA AJUSTADO DO 4T22 COMPARADO AO 4T21	O aumento no EBITDA ajustado no 4T22 está relacionada a revisão da metodologia aplicada para a provisão de manutenção.
REDUÇÃO DE 34,4% NO RESULTADO FINANCEIRO DO 4T22 COMPARADO AO 4T21	O resultado financeiro do 4T22 melhorou em 34,4%. Esta melhora está relacionada a queda nos índices macroeconômicos do período, bem como a diminuição do saldo de endividamento, quando comparado com o 4T21.
O RESULTADO ANTES DO IMPOSTO NO 4T22 FICOU NEGATIVO EM R\$ 59,2 MILHÕES	Em comparação com o 4T21, o resultado antes do imposto piorou em 160,72%, conforme evidenciado nos quadros anteriores.

SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS

Pessoas, Saúde e Segurança

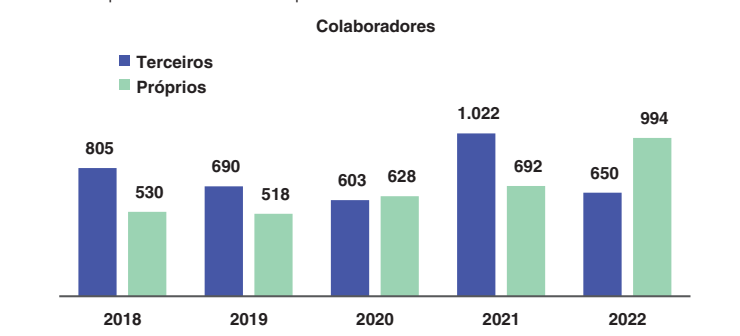
A pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus mudou nossas vidas de uma forma nunca imaginada. Afetou nossas famílias, a economia, a comunidade e nosso estilo de vida. Desta forma, alguns processos internos da CART precisaram ser reestruturados para garantir a proteção dos nossos colaboradores e, consequentemente, seus familiares, usuários e toda a sociedade. E esta passou a ser nossa prioridade.

Neste sentido, e visando o cumprimento das guidelines fornecidas pelas autoridades nacionais e internacionais, a CART disponibilizou a todos os colaboradores kits preventivos para combater à covid, contendo álcool em gel, máscaras, material informativo, flanela para limpeza de mesas, frasco para spray de álcool e squeezes individuais. Passou a adotar a modalidade de teletrabalho para algumas categorias, sem impactar qualquer execução dos serviços prestados. Para as atividades que continuaram na modalidade presencial, foi criada medida de proteção específicas, tais como disponibilização de EPIs próprios e produtos de desinfecção. Diversas campanhas educativas foram veiculadas nos canais de comunicação internos, com informações atualizadas, medidas de distanciamento social em contexto de trabalho. Foi criado também, um comitê interno de enfrentamento à Covid-19, formado pela equipe gerencial da concessionária e representantes dos setores de recursos humanos, segurança do trabalho e gerência, que avalia cada processo do plano operacional com o objetivo de assegurar que todos os colaboradores estejam protegidos. Desta forma, a CART encontra-se totalmente empenhada em proteger os seus colaboradores e em manter a excelência na entrega de serviços aos seus usuários.

Abaixo são apresentados alguns indicadores de pessoas, saúde e segurança da Companhia nos últimos anos:

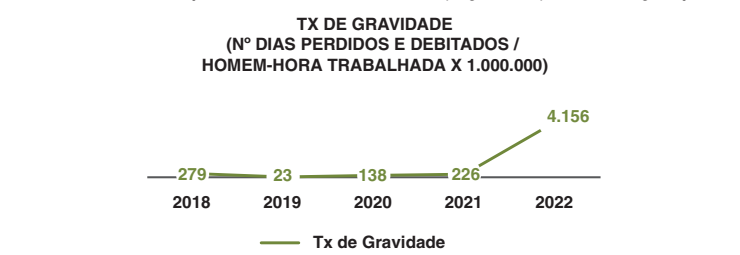
Quadro de Colaboradores

O aumento no quadro de colaboradores próprios no ano de 2022 deve-se a internalização de algumas atividades antes contratada. Já para os Terceirizados referem-se a contratações voltadas aos investimentos que estão sendo realizados pela Concessionária.



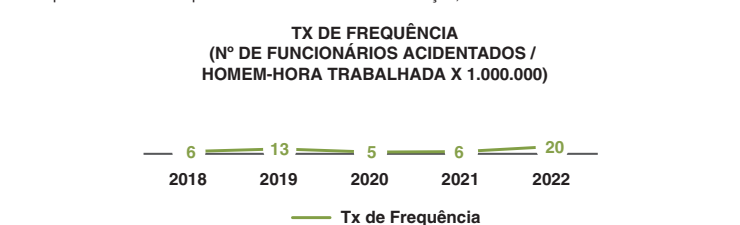
Taxa de Gravidade

Com o retorno das atividades antes remotas e a internalização de atividades de Conservação antes terceirizadas, como limpeza e áreas pavimentadas, sinalização vertical, elementos de proteção e segurança, entre outras foi percebido um aumento significativo. A Companhia mantém campanhas constantes de conscientização, afim de reduzir as ocorrências e programas específicos de segurança.



Taxa de Frequência

O aumento na taxa de frequência no ano de 2022 está relacionada ao retorno das atividades antes remotas. A Companhia mantém campanhas constantes de conscientização, afim de reduzir as ocorrências.



Ética e Compliance

No segundo semestre de 2022, foi realizado treinamento presencial de compliance aos colaboradores da Companhia, contando com palestras e atividades lúdicas acerca do tema. Tal treinamento teve como foco a divulgação da versão atualizada do Código de Ética da Companhia, bem como o esclarecimento dos normativos e processos contidos nesta nova versão. Foi realizada ainda a massiva divulgação do Canal de Ética, destacando a importância da transparência nas relações cotidianas internas e externas.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Programa CART pela Vida

O Programa nasceu em dezembro de 2020 com o objetivo de promover ações de prevenção e redução de acidentes. As ações contam com atividades de conscientização e sobre direção segura, saúde, bem-estar e assuntos socioambientais. Elas são desenvolvidas em empresas, espaços públicos, postos de serviços e outros locais parceiros, em 2022 ao todo o CART pela Vida realizou 109 ações com 7.305 pessoas que passaram pelas ações de conscientização.

Programa Educando Caminhos

Destinado aos estudantes e professores, implantamos o Programa Educando Caminhos. Com palestras e atividades pedagógicas, ele tem como objetivo a conscientização voltada à cidadania, educação para o trânsito e sustentabilidade, o programa contou com 897 participantes em 2022.

Programa Turismo da Gente

Baseado nos 17 ODSs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU, o programa Turismo da Gente traz na sua essência o conceito de rodovia inclusiva, onde as atividades turísticas, bem como o potencial de cada município da área de abrangência da CART poderão ser explorados e desenvolvidos, à medida que absorvam o turismo como atividade econômica. O principal objetivo do Turismo da Gente é apoiar o desenvolvimento do setor na região, a partir da conscientização para capacitação de profissionais e divulgação de atrativos que ocorreu na rede social @turismodagente e no site turismodagente.com.br. Em 2022 realizamos 02 Fóruns de Turismo com 31 cidades do eixo de Concessão, totalizando a participação de 67 pessoas, que teve como foco fomentar o tema na região, trazendo a importância para a economia regional.

Incentivo ao Esporte Armador

O município de Bauru permite o repasse de parte do ISS - 5% (cinco por cento) -, devido ao Município a pessoa física ou jurídica cuja natureza seja esportiva e não tenha fins lucrativos - Lei Municipal n. 3.791/94. Diante de tal previsão, a CART optou por destinar referido montante à Associação Nova Era de Tênis de Mesa de Bauru, entidade referência no ensino e treinamento do tênis de mesa, cuja equipe foi eleita a melhor no Estado de São Paulo e a segunda no Brasil. Além deste reconhecimento, a entidade conta com 5 entre os 20 melhores atletas do mundo em suas respectivas categorias.

MEIO AMBIENTE

Sempre vigilante às questões ambientais, a CART monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente no sistema Quattrus (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pela Alta Direção através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Dentre algumas iniciativas voltadas para o meio ambiente desenvolvidas ao longo de 2022, destacam-se:

Programa de Proteção à Fauna

Programa pioneiro no Brasil que consiste na implantação de estruturas de travessia (passagens de fauna e telamento, para condução segura dos animais) e de ações para redução de atropelamentos e melhoria da segurança. Foram implantadas mais de 120 passagens de Fauna nas rodovias da CART (Eng. João Batista Cabral Rennó - SP 225, Orlando Quagliato - SP 327 e Raposo Tavares - SP 270). Verificou-se recuo no número de animais avistados sobre a rodovia, representando mais segurança aos motoristas e a própria fauna. As ações do Programa de Proteção à Fauna buscam não só reduzir o número de ocorrências envolvendo animais, mas também mitigar o efeito barreira ocasionado pela rodovia, evitando o isolamento de populações por meio do aumento da conectividade com a formação de corredores ecológicos, o que gera a manutenção de populações e ganhos à diversidade faunística.

Projeto de Reflorestamento

A CART possui atualmente 458 hectares de áreas de reflorestamento em andamento, totalizando 763.536 árvores de espécies nativas. Em 2022 foram plantadas 71.731 mudas de árvores (43 hectares). Os reflorestamentos possuem extrema importância ambiental e social, na preservação dos cursos d'água, melhoria na qualidade do ar e habitat para a fauna silvestre.

Dentre os projetos em andamento na CART, destacam-se:

Projeto de Reflorestamento - Zona de Amortecimento ESEC - Mico-Leão-Preto

Projeto que contempla o plantio de árvores nativas em 257 hectares (428.419 árvores) em áreas de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente no Assentamento Santa Maria II, administrado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no município de Marabá Paulista/SP, tendo como premissa promover a recomposição florestal do local. Este projeto está contemplado no Plano de Manejo da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, mais especificamente em sua Zona de Amortecimento, definida como Área Estratégica Externa prioritária de conectividade.

Projeto Corredores de Vida: Resgate da Biodiversidade e Geração de Renda no Pontal do Paranapanema, SP

O projeto contempla o plantio de mudas de árvores nativas em 50,00 hectares (83.350 árvores) em áreas de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente em propriedade localizada no entorno da Estação Ecológica Mico Leão Preto. Essa área, quando reforestada, contribuirá para a consolidação de um dos maiores corredores ecológicos já implantados na Mata Atlântica do Interior, interligando as duas maiores unidades de conservação desse bioma, o Parque Estadual Morro do Diabo (PEMD) e a Estação Ecológica do Mico Leão Preto (ESECMLP).

Sistema de Reuso de Água

A Concessionária desenvolve projetos ambientais de recuperação de áreas de preservação. Esse restauro da vegetação, efetivamente, resulta na formação de corredores verdes que cumprem a tarefa de preservar nascentes e mananciais indispensáveis ao abastecimento de municípios.

Além de projetos voltados à preservação de nascentes e mananciais, a CART deu outro importante passo no combate à escassez dos recursos hídricos: a adoção de sistema de reuso de água com tecnologia inédita no Brasil.

Os objetivos principais do sistema de reuso são: (i) reduzir a utilização de recursos hídricos pela Concessionária; (ii) mitigar riscos ambientais; (iii) conscientizar colaboradores, usuários e comunidades locais quanto a escassez do recurso, necessidade preservação e uso racional da água, além de incentivo e valorização de práticas sustentáveis.

A estação de tratamento implantada na base de Serviço de Atendimento ao Usuário 1 (SAU1) foi a pioneira na CART, e está em funcionamento desde abril de 2021. Dois novos sistemas foram instalados em 2022, sendo um na base de Serviço de Atendimento ao Usuário 3 (SAU 3), e outro na Praça de Pedágio 3.

Ao todo, os três sistemas em funcionamento na CART têm a capacidade de atender às necessidades básicas de consumo e higiene de mais de 20 famílias todos os dias.

Para 2023, está prevista a implantação de mais um sistema. A unidade contemplada será o Serviço de Atendimento ao Usuário 4 (SAU 4). A cada passo no sentido de expansão da solução, a CART estará cada vez menos exposta às crises hídricas, assim como reduzindo cada vez mais os seus impactos no meio ambiente.

Projeto Energia Limpa - Geração de Energia Solar

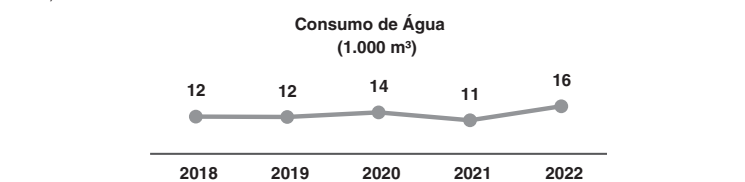
Entre os principais desafios no mundo, as medidas de redução do impacto climático no planeta estão nos planos de sistemas rodoviários no interior de São Paulo. As soluções em energia limpa para a autossuficiência de operações, de Bauru a Presidente Epitácio, seguem em ampliação pela CART, em alinhamento com os objetivos sustentáveis da ONU.

Concluídas no final de 2022, as estações de energia solar são responsáveis por abastecer equipamentos que compõem a infraestrutura operacional da CART, como painéis de mensagens, câmeras de monitoramento e torres de transmissão, além das bases do Serviço de Atendimento ao Usuário espalhadas pela Concessão. O projeto foi viabilizado a partir da instalação de 1.060 placas fotovoltaicas e 20 inversores, capazes de gerar até 70.000 kWh/mês, o que equivale ao consumo médio de 450 residências. A quantidade de CO² que anualmente deixará de ser liberada na atmosfera em decorrência do Projeto Energia Limpa, é equivalente ao sequestro de carbono realizado por aproximadamente 264 árvores nos seus primeiros 20 anos de idade.

Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos:

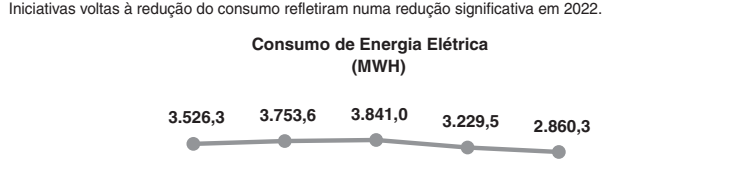
Consumo de Água

O aumento do consumo em 2022 está relacionado a internalização de atividades de Conservação antes terceirizadas, como limpeza e áreas pavimentadas, sinalização vertical, elementos de proteção e segurança, entre outras, além do significativo incremento de pessoal e novas unidades consumidoras (3 bases).



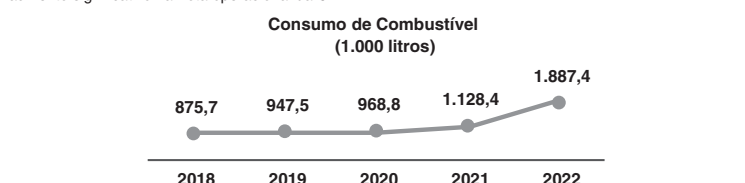
Consumo de Energia

Iniciativas voltas à redução do consumo refletiram numa redução significativa em 2022.



Consumo de Combustível

O aumento no consumo de combustível é reflexo de internalizações de atividades antes terceirizadas, com aumento significativo na frota operacional da CART.



Emissões de GEE (Escopo 1 e 2)

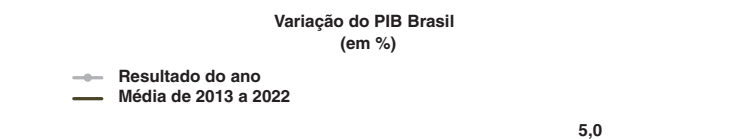
O aumento no volume de emissões de GEE em 2022 está relacionado as atividades primarizadas pela Companhia, com maior número de equipamentos movidos a combustíveis fósseis.



RESULTADO

Contexto Econômico

O resultado do PIB previsto para 2022 continua com em uma crescente indicando uma retomada no crescimento iniciado em 2017 e interrompido em 2020 por conta da pandemia do Corona Vírus, conforme gráfico abaixo:



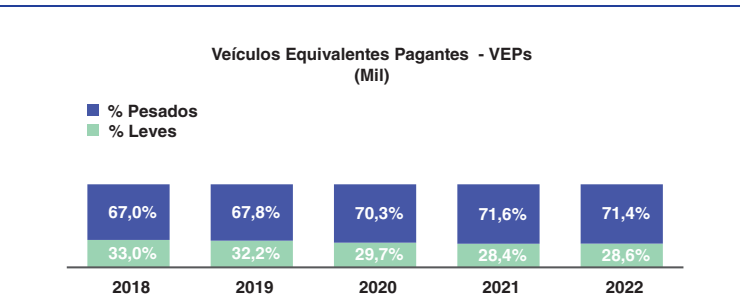
	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Inflação e Juros						
IPCA Últimos 12 meses	5,79%	10,06%	-4,3 pp			
CDI Final do Período	1,12%	0,77%	0,4 pp			
CDI Acumulado Últimos 12 meses	12,43%	4,42%	8,0 pp			
TJLP Final Período	7,20%	5,32%	1,9 pp			
TJLP Média Últimos 12 meses	6,78%	4,80%	2,0 pp			

	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
RESULTADO OPERACIONAL						
Cenário CART						
Desempenho Operacional (Mil)						
VEPs¹	15.558	14.759	5,4%	59.295	53.510	10,8%
Veículos Leves	4.618	4.446	3,9%	16.987	15.209	11,7%
Veículos Pesados	10.939	10.313	6,1%	42.308	38.301	10,5%
Tráfego²	7.194	6.918	4,0%	27.048	24.426	10,7%
Veículos Leves	4.667	4.496	3,8%	17.175	15.425	11,3%
Veículos Pesados	2.396	2.308	3,8%	9.351	8.554	9,3%
Veículos Isentos	131	115	14,1%	522	447	16,9%
Tarifa Média (R\$)	9,84	8,81	11,7%	9,18	8,53	7,6%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo
 ² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

A CART registrou 59,2 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs em 2022, um aumento de 10,8% em relação ao ano anterior. No 4T22, as nove praças de pedágio da CART registraram 15,5 milhões de VEPs, um crescimento de 5,4% em relação ao mesmo período de 2021.

Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs (Mil)



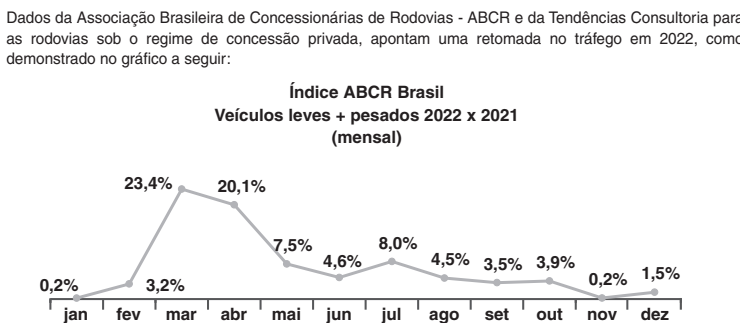
A proporção de VEPs pesados, fator de menor representatividade no perfil de tráfego na rodovia, foi menor em 2022 comparado a 2021.

Cenário Brasil

Varição no transporte de Veículos Dessazonalizado 1,2	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/22 sobre Jan/Dez/21): Brasil	7,88%	1,90%	6,32%
Acumulado do 4º trimestre (Out-Dez/22 sobre Out/Dez/21): Brasil	2,30%	0,18%	1,83%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers
 ² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam uma retomada no tráfego em 2022, como demonstrado no gráfico a seguir:



A retomada foi mais forte nos meses de março e abril. No acumulado do ano o aumento no tráfego foi de 5,4%, sendo 7,88% para os veículos leves e 1,9% para os veículos pesados.

RESULTADOS FINANCEIROS

Receitas

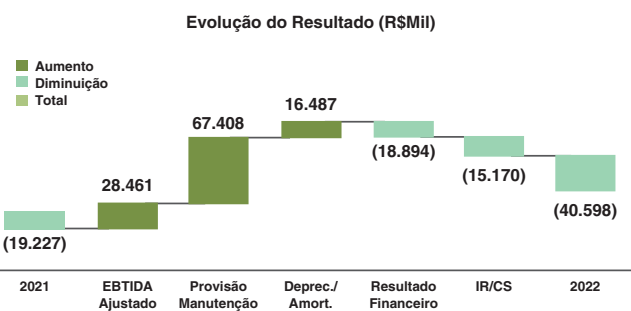
Reculta Operacional (R\$ mil



Demonstrações Financeiras 2022

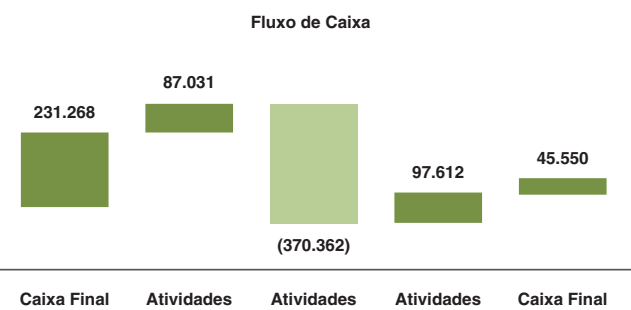


O resultado de 2022 foi de Prejuízo Líquido de R\$ 72,1 milhões, uma piora quando comparado a 2021. Está piora está relacionada a revisão da metodologia da provisão de manutenção prevista para consumo completo no primeiro semestre deste ano, como demonstrado no gráfico abaixo:



FLUXO DE CAIXA

O saldo final de caixa da Companhia reduziu em 2022, com R\$ 45,5 milhões, devido aos investimentos previstos realizados como demonstrado no gráfico abaixo:



ENDIVIDAMENTO

Disponibilidade e Endividamento (R\$)	2022	2021	Δ
Dívida Bruta	(1.249.079)	(1.252.826)	-0,30%
Curto Prazo	(73.415)	(70.078)	4,76%
Empréstimos e Financiamentos	(73.415)	(70.078)	4,76%
Debêntures	(1.175.664)	(1.182.748)	-0,60%
Longo Prazo	(1.175.664)	(1.182.748)	-0,60%
Empréstimos e Financiamentos	(1.175.664)	(1.182.748)	-0,60%
Debêntures	(1.175.664)	(1.182.748)	-0,60%
Disponibilidades	61.292	239.926	-74,45%
Caixa e equivalentes de caixa	45.550	231.268	-80,30%
Aplicações Financeiras Vinculadas	15.742	8.658	81,83%
Dívida Líquida Ajustada	(1.187.787)	(1.012.900)	17,27%

No exercício de 2022, a Companhia apresentou uma dívida líquida de R\$ 1.187 milhões, um aumento de 17,27% em relação ao ano de 2021. Esse aumento ocorreu pela diminuição da disponibilidade em relação ao ano anterior.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Investimento Total	(81.661)	39.617	-306,13%	245.507	185.749	32,17%
Imobilizado	607	21.937	-97,23%	12.418	33.497	-62,93%
Intangível	(82.268)	17.680	-565,32%	233.089	152.252	53,09%
Direito de Concessão (Investimento)	(82.268)	17.680	-565,32%	233.089	152.252	53,09%

No ano de 2022 foram investidos R\$ 245,5 milhões destinados principalmente, às revitalizações viárias previstas no plano de concessão junto ao poder concedente, além dos equipamentos destinados às atividades primarizadas.

PERSPECTIVAS E PLANOS

A CART seguirá direcionada para a excelência na gestão de suas rodovias, que são relevantes para a fluidez do transporte de cargas entre os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, com qualidade e segurança para os usuários. Investimentos importantes foram concluídos nos últimos anos, como a duplicação de trechos, conclusão de alças de acesso e retorno, viadutos e passarelas. Além disso, programas como: ESG (sigla em inglês para ambiente, social e governança corporativa), um conjunto de políticas voltadas à sustentabilidade e o INOVACART, um programa voltado à inovação, foram consolidados e aprimorados.

Por fim, a Companhia segue atenta aos acontecimentos do setor em que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2022: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimento à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 480)

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Concessionária Raposo Tavares S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Bauri, 07 de março de 2023.

Diretor de Relações com Investidores - Gilson Carvalho

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	2022	2021	Nota	2022	2021
ATIVO						
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	3	45.550	231.268	11	51.339	46.051
Aplicações financeiras vinculadas	4	15.742	8.658	13	73.415	70.078
Contas a receber	5	42.616	29.677	12	6.586	5.074
Estoques	8	9.050	5.318		11.665	8.314
Tributos a recuperar	6.a	9.049	4.748	14	1.667	1.377
Adiantamentos de fornecedores	11	5.885	10.147	7	291	217
Total do ativo circulante		<u>127.892</u>	<u>289.816</u>	16	11.261	8.647
NÃO CIRCULANTE				18	3.113	2.484
Impostos diferidos ativos	6.b	427.288	400.759	17	97.146	97.759
Depósitos judiciais	15.d	15.705	17.049		382	566
Outros	9	38.722	36.241		256.866	240.568
Imobilizado	10	78.716	78.049	13	2.633	3.973
Infraestrutura em construção	10	2.477.233	2.248.802	18	1.175.664	1.182.748
Intangível	10	3.037.673	2.780.909	15	104.461	86.072
Total do ativo não circulante				16	34.178	36.014
				17	15.035	17.513
					<u>1.331.970</u>	<u>1.326.321</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				19.a	2.451.400	2.306.400
Capital social					(874.670)	(802.562)
Prejuízos acumulados					1.576.730	1.503.838
Total do patrimônio líquido		<u>3.165.566</u>	<u>3.070.725</u>		<u>3.165.566</u>	<u>3.070.725</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						

TOTAL DO ATIVO

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	20	918.919	579.411
Custo dos serviços prestados	21	(794.431)	(422.074)
Lucro Bruto		<u>124.488</u>	<u>157.337</u>
Recargas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	21	(74.913)	(52.035)
Outras receitas operacionais	21	10.268	490
Outras despesas operacionais	21	(963)	-
RESULTADO OPERACIONAL		<u>58.880</u>	<u>105.792</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Recargas financeiras	22	20.372	16.201
Despesas financeiras	22	(177.891)	(221.995)
		<u>(157.519)</u>	<u>(205.794)</u>
DE JUROS ANTES DO IMPOSTO DE RENDA			
E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(98.638)	(100.002)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.b	26.530	31.605
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>(72.108)</u>	<u>(68.397)</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	23	(0,006)	(0,008)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(72.108)	(68.397)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(72.108)</u>	<u>(68.397)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2022	2021
Adiantamento para futuro aumento de capital			
Capital social			
Capital AFAC			
Prejuízos acumulados			
Total			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.560.500	860.200
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.b	660.200	(660.200)
Aumento de capital	18.a	85.700	-
Resultado do exercício		-	(68.397)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>2.306.400</u>	<u>(802.562)</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.b	-	145.000
Aumento de capital	18.b	145.000	(145.000)
Resultado do exercício		-	(72.108)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>2.451.400</u>	<u>(874.670)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Nota	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(72.108)	(68.397)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	21	176.612	132.343
Baixa de imobilizado e intangível		585	520
Provisão para manutenção		95.694	28.425
Provisão de fornecedores		(12.441)	-
Provisão para riscos processuais, líquidos		18.388	3.077
Variações monetárias e encargos, líquidos sobre debêntures		169.111	212.488
Juros sobre contrato de arrendamento	18	607	244
Custo de captação amortizado das debêntures	13	6.907	7.992
Impostos diferidos	6.b	(26.530)	(31.605)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(12.939)	(2.484)
Estoques		(3.732)	(3.314)
Tributos a recuperar		(4.301)	(3.596)
Adiantamentos de fornecedores		4.262	(5.288)
Depósitos judiciais		1.344	2.588
Partes relacionadas		-	115
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(26.131)	88
Obrigações com empregados e administradores		3.351	2.025
Tributos a recolher		1.512	782
Partes relacionadas		74	(45)
Receita acessória antecipada		777	(911)
Pagamento de outorga variável		290	220
Consumo da provisão para manutenção		(98.785)	(79.130)
Outras obrigações e contas a pagar		(194)	(3.803)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento	18	(607)	(244)
Juros e remunerações pagas sobre debêntures		(134.714)	(92.600)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>87.031</u>	<u>99.290</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	26	(7.121)	(31.421)
Aquisição de intangível	26	(356.156)	(130.235)
Aplicações financeiras		(7.084)	74.450
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(370.362)</u>	<u>(87.206)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	19.a	145.000	85.700
Pagamento de debêntures	13	(45.051)	(953.502)
Pagamento de passivo de arrendamento	18	(2.337)	(140)
Captação de empréstimos e financiamentos			171.420
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>97.612</u>	<u>(156.222)</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(185.718)</u>	<u>(144.438)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		231.268	375.706
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>45.550</u>	<u>231.268</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(185.718)</u>	<u>(144.438)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	2022	2021
Receitas		977.846	620.765
Receita de Pedágio e Acessórias	20	576.404	474.837
Receita de construção	20	392.137	145.438
Outras receitas		9.305	490
Insumos adquiridos de terceiros		(608.706)	(274.202)
Custo de construção	21	(392.137)	(145.438)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(216.589)	(128.764)
Valor adicionado bruto		<u>369.140</u>	<u>346.563</u>
Retenções		(176.612)	(132.343)
Depreciação e amortização	21	(176.612)	(132.343)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>192.528</u>	<u>214.220</u>
Valor adicionado recebido em transferência		20.372	16.201
Recargas financeiras	22	20.372	16.201
Total do valor adicionado a distribuir		<u>212.900</u>	<u>230.421</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>212.900</u>	<u>230.421</u>
Pessoal e encargos		<u>56.204</u>	<u>41.544</u>
Remuneração direta		10.710	31.106
Benefícios		40.500	474.837
FGTS		2.748	2.199
Outros		2.205	392
Impostos, taxas e contribuições		(49.890)	(30.948)
Federais		4.010	(6.831)
Estaduais		17.817	14.241
Municipais		28.583	23.538
Remuneração capital de terceiros		178.925	226.326
Juros e variação monetária		108.513	218.955
Alugueis		1.035	4.330



CNPJ/ME nº 10.531.501/0001-58 - NIRE nº 35.3.0036387-6

Demonstrações Financeiras 2022



concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras. 2.10. Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.11. Credor pela concessão: Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores em conta são reconhecidos pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.12. Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. 2.13. Provisão para manutenção: Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as condições de saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de 2022 (9,83% em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão. 2.14. Provisão para riscos processuais: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicado, conclusões de inspeções e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.15. Debêntures a pagar: São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. 2.16. Custos com empréstimos e debêntures: Os custos com empréstimos e debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancialmente longo antes de serem colocados em uso, são reconhecidos pelo custo no momento em que são destinados ao uso. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. 2.17. Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo pelo método do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida ou ao VJR - valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 não há instrumentos classificados como VJORA. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos recebíveis e gerar fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um decasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas em juros contratuais, a manutenção de uma carteira de ativos, a geração de caixa, a correção de erros, a venda de ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado - avaliação sobre fluxos de caixa de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui uma avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia resultar em um momento ou pagamento de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro, a Companhia também reconhece um ajuste de valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

passal a medida que o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido. 2.24. Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) / IFRS 16: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. 2.25. Mudanças nas principais políticas pronunciamentos contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. (a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1): As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o aditamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimento futuro, a Companhia não determinou o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. (b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. (c) Outras normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	8.933	4.736
Aplicações financeiras		
• Certificados de Depósito Bancário - CDB	36.616	226.532
Total de caixa e equivalentes de caixa	45.550	231.268

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99% a.a. em 31 de dezembro de 2021). As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 24.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Taxa Média	Indexador	2022	2021
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado				
Compromissadas com Debêntures (*)	100,00%	CDI	15,742	8,658

(*) As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples e 3ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. Mensalmente, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Simples. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento. Para a 3ª Emissão de Debêntures Simples, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 1/6 (um sexto) do serviço da dívida semestral das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o semestre em questão. Em junho e dezembro, os valores constituídos, ficam disponíveis para resgate e quitação do pagamento. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 24.

5. CONTAS A RECEBER

	2022	2021
Pedágio eletrônico a receber (*)	33.496	25.449
Vale pedágio	1.292	1.387
Locação de fibra óptica	2.490	687
Outros	5.338	2.154
Total	42.616	29.677
A vencer	42.165	29.677
Vencidos	451	-
Total	42.616	29.677

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária. A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido) e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 24.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTOS DIFERIDOS

	2022	2021
a) Tributos a recuperar		
IRRF sobre aplicações financeiras PIS/COFINS (PER/DCOMP)	6.041	4.579
Outros	2.838	-
Total circulante	170	169
Total	9.049	4.748

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Ativos/ Passivos		Resultado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal - IR	313.628	299.660	13.968	35.857
Base negativa - CRS	113.254	108.232	5.022	12.985
Provisão para manutenção	38.137	39.189	(1.052)	(17.243)
Provisão para contingências	11.085	6.688	4.397	1.046
Atualização depósitos judiciais	1.363	866	497	866
Outras diferenças temporárias	3.518	3126	393	(5.703)
Total do ativo fiscal diferido	480.985	457.761	23.225	27.808
Amortização de direito de concessão	(37.670)	(39.988)	2.318	2.448
Custo de Captação	(7.653)	(8.124)	471	964
Margem de construção	(6.862)	(7.284)	422	422
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.512)	(1.606)	94	92
Total do passivo fiscal diferido	(53.697)	(57.002)	3.305	3.797
Total	427.288	400.759	26.530	31.605

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Ativos/ Passivos		Saldo líquido em 31 de dezembro		Saldo líquido em 31 de dezembro	
	2022	2021	Total em resultado	de 2021	Total em resultado	de 2022
Prejuízo fiscal - IR	299.660	16.151	(2.201)	13.968	313.628	313.628
Base negativa - CRS	108.232	5.460	(438)	5.022	113.254	113.254
Provisão para manutenção	39.189	21.642	(22.994)	(1.052)	38.137	38.137
Provisão para contingências	7.554	4.894	-	4.397	12.985	12.985
Outras diferenças temporárias	3.126	813	(420)	393	3.518	3.518
Total do ativo fiscal diferido	457.761	48.960	(25.753)	23.224	480.985	480.985
Amortização de direito de concessão	(39.988)	2.318	-	2.318	(37.670)	(37.670)
Custo de Captação	(8.124)	471	-	471	(7.653)	(7.653)
Margem de construção	(7.284)	422	-	422	(6.862)	(6.862)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.606)	94	-	94	(1.512)	(1.512)
Total do passivo fiscal diferido	(57.002)	3.305	-	3.305	(53.697)	(53.697)
Total	400.759	52.265	(25.753)	26.530	427.288	400.759

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil - manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão. A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é avaliada considerando que o plano de negócios prevê a Companhia alijar o nível de operação plena e rentabilidade positiva. b.1) Imposto de renda e contribuição social no resultado: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(98.638)	(100.002)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	33.533	34.001
Adições permanentes	(8.008)	(2.396)
Exclusões permanentes	1.001	-
Imposto de renda e contribuição social resultado	26.530	31.605
Alíquota eletiva	26.530	31.605
	27%	35%

7. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final: A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding II, que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Brasil Holding VI e controladora final pelo Pátria III - Fundo de Investimento em Participações. **Transações com partes relacionadas:** As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorra para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) à quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou de seu interesse conflito com o da Companhia.

	2022		2022	
	Relação	Circulante	Despesa	Resultado
Parte relacionada	Transação (a)			
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	21	(1)
Entrevistas Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	9	(1)
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	261	(5.402)
Total			291	(5.404)

	2021		2021	
	Relação	Circulante	Despesa	Resultado
Parte relacionada	Transação (a)			
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	2	(450)
Entrevistas Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	4	(699)
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	211	(705)
Total			217	(1.854)

(a) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e afeição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. **Remuneração dos Administradores:** Em 18 de abril de 2022, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 7.500 (R\$ 6.000 em 31 de dezembro de 2021). A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

	2022	2021
Composição		
Pré-labore	2.488	2.276
Bônus variáveis	2.017	2.620
Encargos	859	929
Outros benefícios	119	98
Total	5.483	5.923

8. ESTOQUE

	2022	2021
Composição		
Material para Pavimentação	2.615	60
Elementos de Proteção e Segurança	1.900	972
Material de Sinalização	4.053	4.127
Outros	482	159
Total	9.050	5.318

9. IMOBILIZADO

	Vida útil média em anos		2021	Adições	Baixas	2022
Custo						
Instalações	25	167	83	-	249	
Máquinas e equipamentos	6	16.310	3.419	25	19.756	
Móveis e utensílios	6	4.353	366	-	4.719	
Veículos	5	26.334	3.760	(933)	29.161	
Equipamentos de informática	7	45.603	3.121	(1.525)	47.198	
Ferramentas e aparelhos		474	1.669	(1)	2.142	
		93.241	12.418	(2.434)	103.226	
Depreciação acumulada						
Instalações		(65)	(10)	-	(75)	
Máquinas e equipamentos		(6.684)	(1.111)	5	(7.790)	
Móveis e utensílios		(3.952)	(116)	-	(4.068)	
Veículos		(5.408)	(6.197)	543	(11.062)	
Equipamentos de informática		(40.560)	(1.769)	1.301	(41.028)	
Ferramentas e aparelhos		(331)	(149)	-	(480)	
		(57.000)	(9.352)	1.849	(64.503)	
		36.241	3.066	(585)	38.722	

10. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO



	2021	Custo de captação amortizado	Pagamento			Provisão Juros	Variação monetária	Transfêrências	2022
			Principal	Atualizado Monetária	Juros				
Passivo circulante									
Debêntures	77.830	-	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	6.724	84.492	
Custos a amortizar	(7.752)	7.795	-	-	-	-	-	(7.860)	
Total	70.078	7.795	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	6.724	76.632	
Passivo não circulante									
Debêntures	1.265.072	-	-	-	-	-	70.436	(84.922)	
Custos a amortizar	(82.324)	(888)	-	-	-	-	-	7.860	
Total	1.182.748	(888)	-	-	-	-	70.436	(76.632)	
Total geral	1.252.826	6.907	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	77.160	-	
Circulante	70.078	-	-	-	-	-	-	73.415	
Não circulante	1.182.748	-	-	-	-	-	-	-	

	2020	Captação	Custo de captação amortizado	Pagamento			Arrolagem da dívida	Provisão Juros	Variação monetária	Transfêrências	2021
				Principal	Juros	Juros					
Passivo circulante											
Debêntures	135.277	2.625	-	(500.112)	(57.521)	(338.580)	67.953	10.456	757.732	77.830	
Custos a amortizar	(8.067)	-	7.792	-	-	-	-	-	(7.477)	(7.752)	
Total	127.210	2.625	7.792	(500.112)	(57.521)	(338.580)	67.953	10.456	750.255	70.078	
Passivo não circulante											
Debêntures	875.925	1.047.375	-	-	-	-	-	99.504	(757.732)	1.265.072	
Custos a amortizar	(18.663)	-	(71.138)	-	-	-	-	-	7.477	(82.324)	
Total	857.262	1.047.375	(71.138)	-	-	-	-	99.504	(750.255)	1.182.748	
Total geral	984.472	1.050.000	(63.346)	(500.112)	(57.521)	(338.580)	67.953	109.960	-	1.252.826	
Circulante	127.210	-	-	-	-	-	-	-	-	70.078	
Não circulante	857.262	-	-	-	-	-	-	-	-	1.182.748	

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	2022
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	161.423
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	36.713
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.134.112

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	2021
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	208.051
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	47.318
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.087.533

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	2021
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	161.423
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	36.713
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.134.112

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	2021
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	161.423
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	36.713
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.134.112

Vencimento longo prazo

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante
105.901	61.697	29.324	113.152	865.592	1.175.664			

Debêntures - 1ª e 2ª emissão: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a reatuação da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09. Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures. As debêntures têm o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série. Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013. Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 3.355 (R\$ 5.033 em 31 de dezembro de 2021). As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a opção de manutenção da classificação de risco igual ou superior a "A+", ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART. **Debêntures - 3ª emissão:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09. Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10,00, totalizando R\$1.050.000. A emissão se deu em série única. As debêntures têm o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, e, em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% (cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento *Bookbuilding*, acrescido exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano. Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 79.908 (R\$ 85.033 em 31 de dezembro de 2021). As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (*rating*), devendo, ainda, fazer com que a classificação de risco seja, no mínimo, igual ou superior a "A+", ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART. **Cláusulas restritivas:** Conforme previsto no contrato das debêntures os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são: Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento). ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) EBITDA ajustado(amortizações + (2) juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos) ÷ 1,2. (ii) EBITDA - resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital). (iii) Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

14. CREDOR PELA CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039. Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos: a) Investimentos: Os principais investimentos decorrentes dos investimentos são: a) aquisição de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível; ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários; iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de interseções. b) **Outorga fixa e variável:** Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes valores: **Outorga fixa:** Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 10, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010. **Outorga variável:** Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.667 (R\$ 1.377 em 31 de dezembro de 2021). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 15.620 (R\$ 14.021 comparado ao mesmo período do ano anterior) referente à outorga variável. c) **Garantias:** A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais: i. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 47.835. Vigência mínima de 12 meses. 2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 184.858. Vigência de 12 meses.

15. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indícios de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. Composição do risco:

Natureza do risco	2022			2021
	Provável	Possível	Total	
Trabalhistas	10.255	9.945	20.200	
Cíveis	19.123	33.355	52.478	
Tributária	-	1.000	1.000	
Procedimentos Arbitrais (*)	74.727	39.290	114.017	
Ambiental	356	7.171	7.527	
Total	104.461	90.761	195.220	

Natureza do risco	2021			2020
	Provável	Possível	Total	
Trabalhistas	12.427	17.287	29.714	
Cíveis	6.983	25.211	32.194	
Tributária	-	906	906	
Procedimentos Arbitrais (*)	66.401	34.378	100.779	
Ambiental	61	6.090	6.151	
Total	86.072	83.872	169.944	

(*) As provisões de processos arbitrais compostos pela notificação recebida pela CART em 24 de fevereiro de 2017 tendo como Requerente a OAS (Metha S.A) são atualizados mensalmente via IGP-M acumulado do mês. Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	2021	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	2022
Trabalhistas	12.427	2.145	-	2.552	10.255
Cíveis e ambientais	7.244	19.316	(12.764)	5.682	19.479
Procedimentos Arbitrais	66.401	-	-	8.326	74.727
Total	86.072	21.461	(19.633)	16.560	104.461

Natureza do risco	2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	2021
Trabalhistas	9.210	5.908	(7.000)	4.309	12.427
Cíveis e ambientais	7.360	5.666	(8.802)	2.993	7.244
Procedimentos Arbitrais	66.260	-	-	141	66.401
Total	82.830	11.577	(15.802)	7.443	86.072

a) **Riscos trabalhistas:** A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. b) **Riscos cíveis:** A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. c) **Procedimento Arbitral:** Em 24 de fevereiro de 2017, a Companhia recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$ 450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis. Foi apresentada defesa por parte da Companhia, juntamente com seus contra pleitos, os quais perferem, no seu entendimento, o valor provisório de R\$ 350.000. Hoje, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial perhorada nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão do prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal. A câmara arbitral decidiu pela improcedência do pedido de penhora, dando seguimento à avaliação dos pleitos apresentados pelas partes, resultando na prolação de sentença arbitral parcial em 29 de março de 2021. Após a referida sentença, as partes apresentaram suas manifestações com pedidos de reconsideração, as quais foram indeferidas. Com tais indeferimentos, deu-se início à fase de liquidação de sentença arbitral parcial, com a apresentação, pelas partes, de seus cálculos jurídicos, os quais encontram-se em fase de discussão. A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de apoio dos pleitos da Metha de R\$ 74.727 como provável, sendo o montante provisionado, apurado com êxito dos assistentes técnicos de Engenharia, os quais quantificaram e valorizaram as respectivas causas prováveis de perda. A provisão foi reconhecida como direito de concessão, R\$ 39.290 como possível e R\$ 73.514, como remoto. Considerando que a referida sentença ainda é proferida, os montantes envolvidos e as avaliações de prognóstico são as melhores estimativas existentes no momento, permanecendo na mesma ordem em 31 de dezembro de 2022. d) **Depósitos Judiciais**

Natureza Dep. Judiciais	2022	2021
Trabalhistas	1.875	3.398
Cíveis	9.408	8.884
Tributária	889	849
Ambiental	34	34
Regulatório	3.498	3.886
Total	15.705	17.049

Depósitos Trabalhistas - Recurso Ordinário / Recurso de Revista: Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo a decisão anterior (sentença ou acórdão). Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução. Em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 1.875 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 3.398). **Depósitos Cíveis:** Os depósitos são efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando a Companhia entra com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora. Em 31 de dezembro de 2022 o

montante é de R\$ 9.408 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 8.884). Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 889 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 849), ambiental no montante de R\$ 34 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 32) e regulatório no montante de R\$ 3.498 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 3.886).

16. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS

As receitas acessórias antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receitas antecipadas	2022	2021
Circulante	11.261	8.647
Não circulante	34.178	36.014
Total receita diferida	45.439	44.662

17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente. A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2022 são:

Provisão para Manutenção	2021 Adições	AVP (*) Consumo	Transfêrências	2022
Passivo circulante	97.758	74.067	(98.785)	73.036
Passivo não circulante	17.513	30.373	(8.746)	39.040
Total	115.272	104.440	(107.531)	112.076

(*) Trata-se do ajuste a valor presente. (**) Em junho de 2021, a Companhia reclassificou a obrigação de manutenção em não circulante para passivo circulante. Essa reclassificação está consubstanciada na aprovação dos projetos de Conservação Especial do Pavimento junto a agência reguladora, as quais ocorreram no 2º trimestre de 2021. Diante destas aprovações, tais valores foram submetidos e aprovados pela Administração da Companhia para o orçamento 2021/22.

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação	2022	2021
Passivo de arrendamento	6.457	-
Saldo inicial	1.626	6.597
Adições	607	244
Juros provisionados	(607)	(244)
Pagamento de juros	(2.337)	(140)
Total	5.746	6.457
Passivo circulante	3.113	2.484
Passivo não circulante	2.633	3.973

Para os contratos reconhecidos no ano de 2022, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obtve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a. (idêntico em 2021).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.451.400 (R\$ 2.306.400 em 31 de dezembro de 2021), representados por 12.602.598.575 ações de R\$ 0,1925 (12.259.323 ações em 31 de dezembro de 2021), sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias e 5.728.629.661 ações preferenciais e 5.728.629.662 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021), integralmente subscritas pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições das ações ordinárias. Em 21 de outubro de 2021, foi deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o aumento de capital no valor de R\$ 85.700 em espécie, mediante a emissão de 241.953.699 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 241.953.698 novas ações preferenciais. b) **Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:** No 2º trimestre de 2022, ocorreu aporte de R\$ 145.000 através de adiantamento para futuro aumento de capital em 18 de maio de 2022 e no dia 29 de junho de 2022. No dia 13 de julho de 2022 foi aprovado em ata de conselho de administração a conversão dos R\$ 145.000 para aporte de capital na Companhia. Os adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC realizados até 2020 foram 100% integralizados ao capital social da empresa em 2021, vide tabela abaixo:

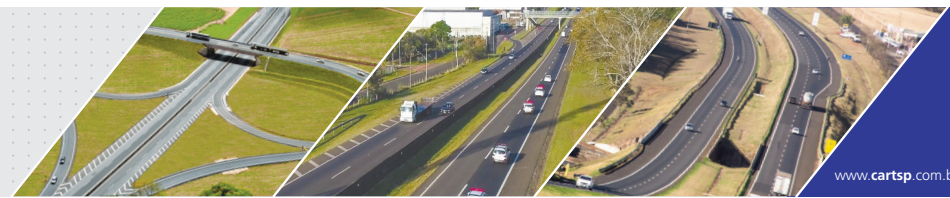
Data Integralização	Valor
15/02/2021	167.000
19/10/2021	493.200
Total Integralizado	660.200

c) Dividendos e Juros sobre o capital próprio: A terceira emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento de não cumprimento do contrato de prestação de serviços a antecipação automática das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento



Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
CNPJ/ME nº 10.531.501/0001-58 - NIRE nº 35.3.0036387-6

Demonstrações Financeiras 2022



www.cartsp.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja a Nota explicativa nº 2.3, 2.8 e 10 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui reconhecido, nas suas demonstrações financeiras, ativos não financeiros relacionados à concessão no valor de R\$ 2.555.949 mil, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios. Para a realização do teste de redução ao valor recuperável dos ativos, foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras.</p> <p>A elaboração dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente envolvem o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI).</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho dos controles internos chave; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (<i>corporate finance</i>); (i) se a estimativa utilizada foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração. <p>- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Realização dos ativos fiscais diferidos	
Veja a Nota explicativa nº 2.3, 2.6 e 6.b das demonstrações financeiras.	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui reconhecido, nas suas demonstrações financeiras, ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 427.288 mil. Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados.</p> <p>As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Companhia e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho dos controles internos chave; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (<i>corporate finance</i>); (i) se a estimativa utilizada foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões; (v) confirmação dos dados técnicos com a Administração. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na

elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de uma Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 07 de Março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

